CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA CIDADE DOS ANÉIS

Suzana Pasternak
Lucia Maria Machado Bogus

1. Introdução

O presente trabalho inscreve-se nas discussões acerca do conjunto de mudanças em curso na região metropolitana de São Paulo, focalizando de modo específico o município de São Paulo, tendo em vista compreender suas novas espacialidades urbanas e a consolidação de padrões de desigualdade sócio-espacial observados na última década.

O conjunto de informações censitárias referentes a São Paulo nos anos 80 e 90 servirá de base às análises propostas. O tecido urbano do município foi dividido, para fins analíticos, em 5 anéis, tendo como base inicial diferenciais na estrutura etária de grupos de distritos (Pasternak & Bogus, 1998).

O 1º ponto relevante no que se refere às transformações observadas na RMSP e em particular no MSP diz respeito às transformações na estrutura sócio-ocupacional metropolitana sob impacto da globalização (Sassen, 1991; Marcuse. 1987). Muitas destas mudanças na economia foram estimuladas pela liberalização das importações no início da década de 90, o que produziu fortes impactos no mercado de trabalho local, repercutindo sobre o emprego assalariado, em particular nas empresas de grande porte. Como decorrência, observou-se um aumento do serviço doméstico remunerado, dos pequenos empreendimentos urbanos e do trabalho informal.

O fraco desempenho da atividade econômica vinculado às modificações na estrutura produtiva repercutiu no mercado de trabalho assalariado, impossibilitando a absorção de novos contingentes de trabalhadores. A terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas provocou uma verdadeira explosão no emprego em pequenos empreendimentos urbanos, muitos deles de caráter familiar, envolvendo trabalho não remunerado. Conforme Baltar (2002), a variação do emprego assalariado na RMSP entre 1992 e 1998, nos pequenos empreendimentos urbanos foi 42,5%, com taxa anual de 6,1% de aumento. Já a variação no serviço doméstico remunerado foi de 24,1% neste mesmo período, com taxa anual de 3,7%. A participação conjunta do serviço doméstico remunerado e dos pequenos empreendimentos urbanos no emprego assalariado total aumentou de 17,7% para 22,4% no período considerado. Cabe salientar que todo o aumento do emprego assalariado metropolitano entre 92 e 98 ocorreu no serviço doméstico e nos pequenos empreendimentos urbanos. Entre 92 e 98, a ocupação assalariada cresceu apenas a uma taxa de 1% anual, enquanto que as ocupações por conta própria cresceram a taxa de 3,6% ao ano (dados das PNADs). O emprego assalariado formal na RMSP decresceu a uma taxa de 0,53% ao ano, entre 92 e 98, enquanto que o emprego sem carteira aumento a taxa de 6,13% anuais.

Segundo Baltar, "a intensidade com que cresceu o número de empregados sem carteira de trabalho, tanto nos pequenos empreendimentos não empresarias como nas empresas de

tamanho pequeno, sugere que uma parte expressiva da queda do emprego verificada nas empresas grandes, não foi uma simples eliminação de postos de trabalho, mas um deslocamento para empresas menores e pequenos empreendimentos, processo acompanhado da informalização dos vínculos de emprego, deixando de explicitar o contrato de trabalho na carteira profissional dos empregados". (pág 7). Cabe ainda destacar o expressivo aumento do emprego nas ocupações técnicas e de nível superior na RMSP, as quais apresentaram o maior ritmo de crescimento no período, com taxa de 3,8% anuais.

Este quadro, fruto de um conjunto de transformações da economia, reforça a estrutura social, caracterizada pela concentração de renda, com expansão das camadas superiores e inferiores e retração das camadas médias. Tais mudanças reafirmam uma configuração espacial já marcada pela dualização da estrutura social e urbana.

2. Crescimento demográfico no Município de São Paulo: principais mudanças e tendências

O município de São Paulo continha, em 2000, 58,36% da população da região metropolitana. Observa-se pela Tabela 1 o peso decrescente da população da capital na região metropolitana, de 85% em 1940 para menos de 60%, seis décadas depois.

Como afirmam Januzzi e Januzzi (2003, pág 108), "para se entender o quadro atual da ocupação e crescimento intraurbano no município de São Paulo é interessante recuperar alguns elementos gerias de sua dinâmica populacional no século XX, desde seu vertiginoso ritmo de crescimento demográfico nos primeiros cinqüenta anos, seu transbordamento para os municípios vizinhos, e a reversão da polarização do crescimento da metrópole em direção ao interior." Até 1950, o peso do município central na Grande São Paulo era crescente. Já em 1960 este peso relativo começou a decrescer, até que no ano 2000 o município representa menos de 60% da metrópole, quando 50 anos antes esta proporção era de mais de 80%. De outro lado, a mesma tabela mostra que o peso relativo da metrópole no Estado subia até 1980, quando se inicia um processo de ida da população para municípios mais distantes.

Tabela 1- População do Estado de São Paulo, da Região Metropolitana e do Município de São Paulo, 1940-2000

Ano	Município de São Paulo	Grande São Paulo	Estado de São Paulo	Proporção		
				GSP/ESP	MSP/GSP	MSP/ESP
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	21,84	84,58	18,47
1950	2.198.096	2.688.901	9.134.423	29,15	81,75	24,06
1960	3.781.446	4.791.245	12.823.806	36,96	78,92	29,49
1970	5.929.206	8.139.730	17.771.948	45,80	72,84	33,36
1980	8.493.226	12.588.745	24.953.238	50,27	67,47	34,04
1991	9.610.659	15.369.305	31.436.273	49,40	62,53	30,57
2000	10.435.546	17.878.703	37.032.403	48,28	58,37	28,18

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, diversas datas

Tabela 2- Taxas anuais de crescimento populacional, Estado, Região Metropolitana e Município, 1940-2000, em percentagem.

Anos	Município de São Paulo	Região Metropolitana	Estado de São Paulo
1940-1950	5,18	5,54	2,44
1950-1960	5,58	5,95	3,45
1960-1970	4,79	5,44	3,32
1970-1980	3,66	4,42	3,45
1980-1991	1,13	1,86	2,12
1991-2000	0,92	1,66	1,78

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, diversas datas

A população municipal, que ainda crescia a 3,66% anuais na década de 70, apresentou forte queda na taxa de crescimento nos anos seguintes: entre 1980 e 1991, a taxa reduziu-se para 1,13 % anuais, sendo que foi a primeira vez na história recente da cidade onde os saldos migratórios foram negativos, com uma média de 69 mil pessoas deixando o município por ano. Nos anos 90, tal tendência se manteve, apesar do saldo negativo apresentar desaceleração, registrando uma média anual de saída de 50,8 mil pessoas (SP Demográfico, janeiro de 2003). A região metropolitana de São Paulo, que nos anos 80 apresentava também saldo migratório negativo, de cerca de –26 mil pessoas por ano, entre 1991 e 2000 reverte este saldo negativo para um saldo anual positivo de 24 mil pessoas entre 1991/2000 (Perillo, 2002). O estado de São Paulo desponta como grande receptor de migrantes, aumentando seu saldo migratório anual de 77 mil pessoas por ano na década de 80 para 123 mil pessoas anuais na década de 90.

A redução da taxa de incremento demográfico é patente em todos os segmentos espaciais, desde o país (redução da taxa na última década de 1,70% anuais para 1,63% anuais), região Sudeste (de 1,77% entre 1980 e 1991 para 1,61 entre 1991 e 2000), Estado de São Paulo, região metropolitana e município. Redução que na Grande São Paulo é menor do que nas outras unidades espaciais – de 12%, quando para o estado foi de 19% e para o município, de 22% - mostrando que a metrópole ainda mantém certo vigor demográfico, devido sobretudo ao crescimento dos outros municípios da região que não a capital. De fato, a taxa de incremento anual dos municípios periféricos da Grande São Paulo foi de 2,89 % anuais entre 1991 e 2000, mais de 3 vezes maior que a da capital para o mesmo período. Este indicador reforça a tese da continuidade do processo de crescimento demográfico radio concêntrico, agora ultrapassando os limites do município e espraiando-se pelo municípios vizinhos.

Mesmo internamente à capital, o crescimento, ainda que mais reduzido – o município de São Paulo cresceu 824.887 pessoas e 549.069 domicílios entre 1991 e 2000 – foi essencialmente periférico. As áreas centrais apresentam queda no número de residentes e de domicílios, enquanto que as periféricas (anéis exterior e periférico) se responsabilizam por todo o incremento demográfico nas duas últimas décadas. A taxa de crescimento domiciliar entre 1991 e 2000 alcança 2,28% anuais, bem maior que a demográfica, de 0,92% ao ano, mostrando um menor adensamento domiciliar na capital.

Tabela 3. População total, por anel.
Município de São Paulo: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Anel	1960	1970	1980	1991	2000
Central	319.117	341.752	426.283	384.048	318.599
Interior	684.762	689.930	781.578	686.610	583.956
Intermediário	1.022.152	1.346.527	1.529.230	1.413.723	1.316.367
Exterior	1.280.277	2.191.068	2.983.114	3.265.900	3.304.779
Periférico	407.557	1.359.9929	2.773.021	3.860.378	4.911.845
Total	3.713.865	5.929.206	8.493.226	9.610.659	10.435.546

Fonte- Micro dados dos Censos Demográficos. Pode haver pequenas diferenças em relação aos totais da Tabela 1

Tabela 4 - População total, por anel, em percentual.
Município de São Paulo: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Anel	1960	1970	1980	1991	2000
Central	8,59	5,76	5,02	4,00	3,05
Interior	18,44	11,64	9,20	7,14	5,60
Intermediário	27,52	22,71	18,01	14,71	12,61
Exterior	34,47	36,95	35,12	33,98	31,67
Periférico	10,97	22,94	32,65	40,17	47,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte – Tabela 3

Tabela 5 – Incrementos populacionais por anel, em número absoluto.
Município de São Paulo: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Anel	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Central	22.635	84.531	-42.235	-65.449
Interior	5.168	91.648	-94.968	-102.654
Intermediário	324.375	182.703	-115.507	-97.356
Exterior	910.791	792.046	282.786	38.879
Periférico	952.372	1.413.092	1.087.357	1.051.467
Total	2.215.341	2.564.020	1.117.433	824.887

Fonte- Tabela 3

Tabela 6 – Incrementos populacionais por anel, em percentual.
Município de São Paulo: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Anel	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Central	1,02	3,30	-3,78	-7,93
Interior	0,23	3,57	-8,50	-12,44
Intermediário	14,64	7,13	-10,34	-11,80
Exterior	41,11	30,89	25,31	4,71
Periférico	42,99	55,11	97,31	127,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte- Tabela 3

Alguns textos fornecem retratos de São Paulo nas 3 últimas décadas do século XX. Tentam responder a algumas questões básicas: qual seria a estrutura intra-urbana do município? Ela continua semelhante no decorrer do tempo? No que mudou, e porque?

Um texto clássico é São Paulo: crescimento e pobreza (Camargo et al, 1975). O retrato que apresenta de São Paulo, no que diz respeito à moradia das distintas camadas sociais, explicita o contraste entre a sofisticação de consumo de uma minoria e as condições precárias de vida da maioria. Na década de 70, já era clara a resultante da expansão do tripé loteamento de periferia – autoconstrução – casa própria moldando um tecido urbano onde os pobres residiam em espaços cada vez mais periféricos. O padrão radio-concêntrico se acelerou após os anos 30, seguindo a lógica da concepção urbanística de Prestes Maia e do Plano de Avenidas. O custo dos aluguéis e dos terrenos nas áreas já urbanizadas forçavam a ocupação de territórios cada vez mais distantes, em áreas muitas vezes sem infra-estrutura.

Pela Tabela 6, percebe-se que já na década de 60, os anéis mais externos se responsabilizavam por 84% do incremento populacional. A taxa de crescimento do anel periférico foi de quase 13% ao ano. Os bairros centrais, contudo, cresciam a menos de 1%, indicando um processo de diminuição da densidade demográfica existente até então. Os custos para aquisição de casas e terrenos nas áreas já urbanizadas forçavam a ocupação das franjas da cidade, num processo de expansão territorial de ocupação na periferia de espaços já ocupados. Isto via se refletir no retrato esboçado pelo livro de 1975, a partir dos dados do PUB (1968): apenas 47,6% das moradias do município eram servidas por rede pública de água potável, 58,7% por esgotamento sanitário, 84,1% por coleta de lixo e apenas 65,7% localizavam-se em vias pavimentadas.

Tabela 7 – Taxas de crescimento populacional por anéis, em porcentagem.
Município de São Paulo: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Anel	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Central	0,69	2,23	-0,94	-2,05
Interior	0,08	1,26	-1,17	-1,78
Intermediário	2,79	1,28	-0,71	-0,79
Exterior	5,52	3,13	0,83	0,13
Periférico	12,81	7,39	3,05	2,71
Total	4,79	3,66	1,13	0,92

Fonte- Tabela 3

Durante a década de 70, as tendências se mantiveram, mas a um ritmo menos acentuado nas áreas periféricas e com certa recuperação das áreas centrais, que absorveram quase 8% do incremento populacional da década. Nesta década, o município cresceu mais de 2,5 milhões de pessoas e 430 mil domicílios.

O contraste se agravou. Este quadro é retratado num outro texto básico, São Paulo: trabalhar e viver (Brant, 1989). Em relação às formas de morar, tinha-se que:

? A casa própria estava cada vez mais longe, numa contínua expansão do tecido urbano, que se traduz numa taxa de crescimento da periferia de 3,05% ao ano. O anel periférico era responsável por praticamente todo incremento populacional na década.

? A favela despontava como "solução" do problema da moradia. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento da população favelada no município foi de 7,07% anuais (dados do IBGE), e o percentual da população favelada passou de 3,95% para 7,46% da população municipal.

? A produção estatal de moradias para a população pobre, iniciada na década de 70, mostrou seu resultado em 1991: pelo Censo, 4,77% das moradias paulistanas estavam em conjuntos, sobretudo no anel periférico, onde 9,52% das casas pertenciam a esta categoria.

O texto de Brant comenta que os anos 70 forma a década da retórica do planejamento. O PUB (Plano Urbanístico Básico) é de 1968, o PMDI (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado) data de 1970, o PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado) de 1971, a Lei de Zoneamento e Parcelamento do Solo foi promulgada em 1972, e a Lei de Proteção aos Mananciais em 1975. Nestes anos 70 a produção pública de moradias marcou o território urbano, com conjuntos populares importantes, como Itaquera, Cidade Tiradentes, Parada de Taipas, desenhando regiões da periferia distante. Os anéis centrais perdiam população. A melhoria nos serviços públicos de infra-estrutura era patente pela cidade, embora ainda existissem contrastes entre as áreas centrais e as periféricas. Em 1991, a rede pública de água atendia 97,39% dos domicílios, a rede de esgotamento sanitário, 91,10% e a energia elétrica era praticamente universal, assim como a coleta de lixo. Percebe-se uma ida de camadas menos pobres para a periferia.

As mesmas conclusões são esboçadas em São Paulo: crise e mudança, de 1990, que utilizou, sobretudo, informações da pesquisa origem – destino de 1987. Este trabalho mostra "que o crescimento de São Paulo pode até mesmo ser caracterizado pela expansão de zonas urbanas ditas ilegais, nas quais vive uma parte cada vez maior de sua população". (Rolnik et al, 1990, pág 90). Essa ilegalidade reunia favelas, cortiços, casas em loteamentos irregulares, casas fora das normas, etc.

A análise dos dados demográficos de 2000 revela a continuidade do processo de periferização. As taxas de crescimento dos anéis central, interior e intermediário são ainda mais fortemente negativas que na década anterior, mostrando forte evasão de população residente nos bairros centrais: estes 3 anéis apresentam uma perda absoluta de mais de 265 mil pessoas entre 1991 e 2000. Como afirmam Januzzi e Januzzi (2003, pág 110) "observa-se, pois, um movimento de 'esvaziamento' populacional absoluto em ritmo crescente no tempo e no espaço se processando a partir dos distritos mais centrais".

O crescimento da capital de São Paulo se deu todo nos anéis exterior e periférico, onde a população teve aumento de mais de 1 milhão de pessoas, com taxa de 0,13% ao ano no anel

exterior e 2,71% ao ano, no anel periférico. Estas taxas, como pode ser observado na Tabela 7, são bem menores que nas décadas anteriores. Mas a tendência da positividade das taxas nos anéis mais exteriores do município se mantém.

Assim, o anel periférico foi responsável por 55% do incremento populacional nos anos 70 97% do incremento populacional entre 1980 e 1991, e 127% nos anos 90. O aumento de mais de 1 milhão de pessoas no anel periférico compensou a perda de 265 mil nos anéis mais centrais. A região entre as avenidas marginais perdeu quase 130 mil residentes nos anos 80 e mais de 168 mil nos anos 90. O número absoluto de novos moradores em São Paulo tem diminuído: o incremento populacional, que era de 2,5 milhões entre 70 e 80, reduz-se para 1,12 milhões nos anos 80 e para 825 mil nos anos 90. Mas, desde 80, este incremento se dá exclusivamente na periferia.

Apesar do crescimento, o município ainda apresenta uma densidade demográfica bruta baixa, de 69,16 habitantes por hectare. A Tabela 8 mostra o aumento da densidade bruta média, de mais de 8%, entre 1991 e 2000. Os 3 anéis interiores perdem densidade, enquanto que o anel periférico ganha quase 30% na década.

Tabela 8 – Densidades demográficas por anel, em habitantes por hectare.
Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	Área	Densidade 1991	Densidade 2000	Incremento
Central	2860	134,28	111,40	-17,04%
Interior	6240	110,03	93,58	-14,95%
Intermediário	13310	106,22	98,90	-6,89%
Exterior	33260	98,19	99,36	1,19%
Periférico	95230	40,54	51,58	27,24%
Total	150900	63,69	69,16	8,58%

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

Tereza Caldeira, analisando as regras que organizam o espaço urbano, coloca que "ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo" (Caldeira, 2000). No início, até os anos 40, a cidade era concentrada e distintos grupos sociais se comprimiam numa área pequena e densa, separados pelos tipos de moradia. Para a autora, a segunda forma, a centro-periferia, teria dominado o desenvolvimento urbano entre 40 e 80 e atualmente uma terceira forma estaria se configurando, gerando espaços onde os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, tendendo a não interagir, embora próximos. Coloca como exemplo Vila Andrade e Morumbi, onde favelas e elites convivem, não muito pacificamente.

Sem dúvida, a observação da autora corresponde a uma verificação empírica. A existência da arquitetura do medo, com enclaves fortificados e condomínios fechados, onde o espaço público é abandonado, onde os shopping centres atuam como simulacro de praça e de rua-simulacro domesticado, sem conflito, sem automóveis, sem mendigos e trombadinhas, onde os passantes são de camadas sociais próximas – conduz a uma sociabilidade muito

específica, de negação do outro e do diverso. Entre os valores importantes da cidade moderna democrática estão a igualdade perante a lei, o livre acesso de todos aos espaços não privados, o direito à livre circulação, enfim, a existência de um espaço público aberto, livre e igualitário. A negação destes valores, a idéia que grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, separados dos diferentes, retira da cidade seu papel de agora, empobrecendo a vida social. Em micro escala, este fenômeno descrito por Caldeira está acontecendo em São Paulo. Moradores ricos estão deixando os anéis centrais para habitar regiões distantes (Alphaville, Tamboré, e outras). Mas a riqueza continua geograficamente concentrada (ver item 6 Renda dos chefes) e o crescimento paulistano continua periférico.

Mautner comenta que "embora seguindo um padrão fragmentado, descontínuo no tempo e no espaço, a forma predominante de produção do espaço urbano em São Paulo poderia ser apresentada como uma seqüência de três camadas, as duas primeiras consistindo em 'trabalho', cobrindo e preparando a terra para a terceira, o 'capital'." (Deak & Schiffer, 1999, pág 256).Este processo, em menor escala, ainda continua presente na produção do espaço em São Paulo.

A terra é transformada em propriedade, fragmentada e colocada à venda.Casas são edificadas, tanto por pura produção doméstica como com contratação de trabalho remunerado para toda a construção. Aqui, pode-se perceber distinções entre o que acontecia até 80, com predominância da auto-construção, e nos anos 90, onde a produção por encomenda surge com maior freqüência. Esta é a primeira camada de trabalho.

A segunda camada de trabalho, agora sempre remunerada, corresponde à resposta dos governos locais a pressões por infra-estrutura.Esta segunda camada abre caminho para uma terceira camada, num processo que varia no tempo, podendo levar décadas, onde botequins e quitandas de fundo de quintal são substituídas por padarias, super mercados, bares, num processo de mimetização que acaba por encobrir a forma de produção original, e muitas vezes expulsando os antigos moradores para uma periferia mais distante, onde vão originar novamente uma primeira camada. Agora com invasões e loteamentos por Associações de Moradores, não mais os antigos loteadores clandestinos, mas sempre atuando na construção de uma periferia pelos e para os trabalhadores mais pobres.

3. Estrutura etária diferencial intra-urbana

A população da cidade, tal como a brasileira, está envelhecendo: o percentual de jovens com até 14 anos reduziu-se, entre 1970 e 2000, de 31,40% do total da população para 24,85%. A outra face do fenômeno, a proporção de idosos – com mais de 60 anos – subiu de 6,08% em 1970 para 9, 32% no ano 2000.

Percebe-se que nos diversos anos, a população jovem aumenta em direção à periferia: em 1970 o percentual de jovens no anel periférico era quase 3 vezes este mesmo percentual no anel central; no ano 2000, este quociente diminui para 2 vezes. Até mesmo a periferia está envelhecendo: a proporção da população do anel periférico com menos de 14 anos diminuiu de 41,79% para 29,09%, diminuição maior que a equivalente no anel central, onde a proporção de jovens se manteve em torno de 15%.

Tabela 9 – Estrutura etária em porcentagem.
Município de São Paulo: 1970-2000

Grupo etário	1970	1980	1991	1996	2000
0 a 14	32,40	29,95	28,56	25,96	24,85
15 a 29	28,87	31,90	28,18	28,39	28,38
30 a 44	20,50	19,89	23,10	23,65	23,32
45 a 59	11,76	11,85	12,08	13,05	14,12
60 e mais	6,08	6,35	8,08	8,63	9,32
Idade ignorada	0,39	0,06		0,33	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1970, 80, 91 e 2000.Contagem da População de 1996

Tabela 10 – Estrutura etária 2000, por anel, em percentagem.
Município de São Paulo

Grupo etário	central	Interior	intermediário	Exterior	Periférico	total
0 a 14	14,59	15,22	18,74	23,68	29,09	24,85
15 a 29	27,50	25,18	25,60	27,85	29,92	28,38
30 a 44	24,77	23,40	23,62	23,47	23,03	23,32
45 a 59	17,56	18,36	16,91	14,71	12,25	14,12
60 e mais	15,59	17,85	15,14	10,28	5,70	9,32
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: Censo Demográfico de 2000

No ano 2000, o gradiente etário que já surgiu nos anos anteriores – percentual de jovens crescendo em direção da periferia e proporção de população idosa maior no anel interior – se mantém. Nota-se que a redução no tempo de jovens no anel periférico é grande: em 1970, a proporção de pessoas com menos de 15 anos na periferia era de 41,79%; esta proporção cai para 37,34% em 1980, 33,60% em 1991 e para 29,09% no ano 2000, numa redução de quase 13 pontos percentuais em 3 décadas. No anel exterior, esta redução é ainda maior, de mais de 15 pontos percentuais no período. No outro extremo de idades, o aumento de idosos no anel central alcança 5 pontos percentuais e no anel interior chega a 7 pontos percentuais. A população envelhece em todos os anéis, mas com ritmos distintos.

4. Razão de masculinidade e cor dos chefes de domicílio

Com referência à chefia do domicílio, em 1991, 20,26% dos domicílios eram chefiados por mulheres. No ano 2000, esta proporção sobe para 28,97%.

Embora existam outros indícios de um aumento de chefia feminina na década, a forma de coleta da questão pode estar influenciando as respostas. Em 1991, a questão referia-se diretamente ao chefe; já no ano 2000, a pergunta era quem seria o responsável pelo

domicílio. De qualquer forma, a Tabela 11 mostra que tanto em 1991 como em 2000, a chefia feminina é maior no anel central e desce em direção da periferia.

A explicação para este fenômeno é dupla, não mutuamente exclusiva: sociológica e demográfica. No anel central, a estrutura etária é mais velha. Como a sobrevida feminina é maior, há mais mulheres sós, que se colocam com chefes ou responsáveis. De outro lado, está havendo um aumento de separações, famílias mono parentais com chefia feminina, mês sem parceiro fixo. E tanto este tipo de família, com a de mulheres sós tenderia a se localizar nas partes mais centrais da cidade, onde podem usufruir das vantagens de localização e acessibilidade.

Tabela 11 – Sexo do chefe do domicílio, em percentagem.
Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	Homens		Mulheres	
	1991	2000	1991	2000
Central	64,23	57,97	35,77	42,03
Interior	71,49	62,74	28,51	37,26
Intermediário	78,14	68,94	2,86	31,06
Exterior	81,32	71,61	18,68	28,39
Periférico	83,22	73,82	16,78	26,18
Total	79,74	71,03	20,26	28,97

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

A proporção de chefes é majoritariamente branca no município no município de São Paulo: 70,72% dos chefes de domicílio em 1991 e 67,19% no ano 2000. A Tabela 12 mostra a distribuição da proporção de não brancos por anel, em 191 e 2000.

Tabela 12 – Cor dos chefes de domicílio, em percentagem.
Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	Brancos		Não Brancos	
	1991	2000	1991	2000
Central	80,69	79,35	19,31	20,65
Interior	87,36	87,35	12,64	12,65
Intermediário	83,10	81,62	16,90	18,38
Exterior	72,18	70,77	27,82	29,23
Periférico	58,62	55,80	41,38	44,20
Total	70,72	67,19	29,28	32,81

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

A proporção de brancos no anel interior - onde a renda é mais alta – é mais alta que nos outros anéis, tanto em 1991 como no ano 2000. É também o anel interior que agrega o maior percentual de chefes com maior escolaridade, o que permite estabelecer uma relação entre renda, cor, escolaridade e local de residência no espaço urbano.

O anel periférico é o que apresenta o maior percentual de chefes não brancos (44,20% no ano 2000), muito superior Às proporções dos outros anéis e à média municipal de 33% em 2000.

A variável censitária refere-se unicamente à cor, auto referenciada pelo entrevistado. Assim, seria prematuro falar-se em aspectos étnicos das desigualdades sócio–espaciais. Informações mais precisas sobre etnia seriam necessárias no reconhecimento da estigmatização de contingentes populacionais que, ao residirem em determinados locais, ao discriminados por uma combinação de fatores de classe e etnoraciais (Wacquant,1993).

5. Escolaridade dos chefes de domicílio

Em relação à escolaridade dos chefes de domicílio, expressa em anos de estudo, o grupo modal em 1991 era o de 1 a 4 anos de estudo, que continua a ser a moda no ano 2000, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 – Escolaridade dos chefes de domicílio, em anos de estudo, em porcentagem. Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	Nenhum ano		1 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 11 anos		12 e mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Central	3,15	2,10	19,75	14,00	16,21	15,65	24,21	25,67	36,69	42,20
Interior	3,14	1,41	21,14	13,72	13,68	12,59	20,06	20,86	41,98	51,13
Intermediário.	5,89	3,06	31,30	22,92	16,74	16,91	18,51	22,01	27,51	34,70
Exterior	9,40	5,87	40,59	30,85	20,74	23,85	16,00	22,13	13,26	16,82
Periférico	12,14	7,82	45,81	35,66	24,09	29,60	11,68	19,00	6,29	7,33
Total	8,96	5,87	38,22	29,99	20,47	24,30	15,62	20,80	16,72	18,53

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

Percebe-se uma melhoria dos níveis de escolaridade: o percentual dos chefes com 12 anos e mais de escolaridade subiu de 16,72% em 1991 para 18,53% em 2000; de outro lado, as porcentagens de chefes sem nenhuma escolaridade desceram de quase 9% para 5,87% em 9 anos. A proporção de chefes com até 4 anos de escolaridade baixou entre 1991 e 2000 em mais de 11 pontos percentuais, enquanto que o percentual de chefes com maior escolaridade – acima de 9 anos – subiu quase 7 pontos percentuais no mesmo período.

A escolaridade é mais alta no anel interior. Onde mais de 50% dos chefes apresentam 12 anos e mais de instrução formal. Na periferia, concentram-se os chefes com menor escolaridade: 7,82% sem nenhum ano de instrução formal. Mas, mesmo assim, houve melhoria neste aspecto no anel periférico: em 1991, 12,14% dos chefes no anel periférico não tinham nenhum ano de instrução, percentual que caiu para 5,87% em 2000. Apesar do incremento geral na escolaridade, o diferencial entre os chefes nos anéis de maior escolaridade (interior) e menor (periférico) aumentou ligeiramente entre 1991, quando no

anel interior havia 6,67 vezes mais chefes com alta escolaridade no anel interior que no periférico, para 200, quando esta relação sobe para 6,98. De outro lado, há 5,5 vezes menos chefes sem escolaridade no anel interior em relação ao periférico. A concentração de instrução aumentou na década, dado que o aumento de chefes com alto grau de instrução no anel interior foi de 22%, enquanto que no anel periférico foi de 15%. Assim, onde a proporção já era elevada houve maior aumento.

A associação percebida em 1991, entre escolaridade e renda, reafirma-se, quando se nota que a proporção de chefes no anel com maior escolaridade, o anel interior, é também onde vai residir a proporção de chefes com maior renda média.

6. Renda dos chefes

O percentual de chefes com renda de até 2 salários mínimos diminui entre 1991 e 2000: em 1991, esta proporção era de 20,06% do total de chefes, e no ano 2000 diminui para 16,06%. Estas percentagens correspondiam a 489 mil chefes em 1991 e 422 mil no ano 2000. No município de São Paulo, assim, continuam a existir quase meio milhão de chefes muito pobres. As rendas médias por anel mostraram incrementos diferenciados: no anel mais rico, o anel interior, a renda média teve aumento de 53,11% no período; no anel mais pobre, o anel periférico, a renda média diminuiu 21,31%. De acordo com os dados censitários, o aumento da renda média no período 1991-2000 foi de 2,38%. A Tabela 14 mostra a renda média e o seu aumento percentual, por anel. Na tabela 15, onde são comparadas as distribuições de renda do chefe nas duas datas, percebe-se o grande aumento de chefes sem renda, no ano 2000.

No anel interior, 46% dos chefes ganhavam mais de 10 salários mínimos em 1991; esta proporção sobe para 54% no ano 2000. No outro extremo, no anel periférico, 66% dos chefes tinham como renda menos de 5 salários mínimos em 1991, e este percentual reduziu-se para 57% no ano 2000. A proporção dos que ganham mais de 10 mínimos na periferia manteve-se em torno de 10% dos chefes.

Tabela 14 – Renda média do chefe, em salários mínimos, por anel.
Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	Renda média do chefe (Sal. Mínimo)		Incremento percentual
	1991	2000	
Central	11,23	14,68	30,71%
Interior	12,71	19,46	53,11%
Intermediário	10,46	14,21	35,85%
Exterior	6,82	8,00	17,30%
Periférico	6,38	5,02	-21,31%
Total	8,41	8,61	2,38%

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

A Tabela acima mostra um gradiente de renda, do anel interior em direção à periferia, cujo formato de mantém no ano 2000. A concentração se evidencia ainda pelo diferencial entre a renda do anel com maior ingresso e o anel com menor renda: em 1991, a renda do anel interior era 2 vezes maior que a do anel periférico; no ano 2000, este quociente sobe para 3,88, quase 4 vezes maior. Entre os quase 300 mil chefes sem renda de 200, 58% residiam no anel periférico. E entre os chefes com renda de até 1 salário mínimo, 63,4% eram moradores do anel periférico. Em 1991, estas proporções eram de 34% dos chefes sem renda e 40,6 % dos chefes com até 1 salário mínimo no anel periférico. Percebe-se a grande piora da situação financeira na periferia. A Tabela 15 mostra a distribuição percentual da renda dos chefes, no período estudado.

Tabela 15 – Renda dos chefes de domicílio, em percentagem.
Município de São Paulo: 1991-2000

Anel	0 a 1 Sal.Mínimos		1 a 2 Sal. Mínimos		2 a 5 Sal.Mínimos		5a 10 Sal. Mínimos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Central	2,15	0,63	8,30	6,27	25,98	20,73	25,26	25,66
Interior	3,50	0,58	9,03	5,66	20,89	15,23	20,83	20,27
Intermediário	4,87	0,98	11,42	9,48	26,17	21,97	21,37	21,90
Exterior	5,61	1,74	15,53	14,05	34,86	30,62	22,23	23,23
Periférico	5,73	2,95	18,11	17,48	41,89	36,90	20,58	19,66
Total	5,17	2,04	14,89	14,02	27,09	30,71	21,54	21,38

Anel	10 a 20 Sal. Mínimos		Mais de 20 Sal. Mínimos		Sem renda		Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Central	16,66	19,93	14,40	21,30	4,25	5,47	100,00	100,00
Interior	22,10	21,31	23,65	32,86	4,41	4,09	100,00	100,00
Intermediário	17,68	18,07	14,37	21,34	4,11	6,26	100,00	100,00
Exterior	11,88	13,01	5,83	8,46	4,06	8,89	100,00	100,00
Periférico	7,01	6,81	3,02	3,09	3,67	13,11	100,00	100,00
Total	6,32	11,85	6,32	10,09	3,96	9,91	100,00	100,00

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000

7. Domicílios

a) tipo de domicílio e condição de propriedade

Considerando o conjunto da cidade de São Paulo predominam as casas isoladas, representando 73,50% do total de domicílios. Já no que diz respeito aos apartamentos, cujo percentual atingiu 24,96% - contra 17,70% para 1991 - seu aumento ocorreu em todos os anéis, tendo se verificado maior incremento nos anéis exterior e periférico. No caso dos distritos da periferia esse incremento deveu-se não só à construção de conjuntos populares, como ao surgimento de pequenos empreendimentos imobiliários voltados à população de

renda média empobrecida. A verticalização central torna-se ainda mais evidente, sendo que a proporção de domicílios em apartamentos no anel central atinge 89,27% no ano 2000, quando era 84,31% em 1991. Aumentou a verticalização em todo o tecido urbano municipal, mas vale a pena notar que na periferia o número de apartamentos subiu mais de 400% na década, mudando bastante o "skyline" da cidade.

Quanto à situação de propriedade, os imóveis próprios tiveram um maior incremento percentual, ao longo desse mesmo período. Pela Tabela 16, percebe-se que o maior percentual de casas próprias está no anel periférico, onde o tripé casa própria-autoconstrução – loteamento clandestino ainda marca o espaço. De fato, em 2000, cerca de 70% das residências no município eram constituídas de domicílios próprios, tendo havido um ligeiro aumento em relação a 1991, observado em todas as áreas da cidade. Nas áreas centrais, esse aumento pode ter sido resultado de programas de recuperação de imóveis desocupados, que atraíram residentes de outras áreas da cidade. No que diz respeito à distribuição espacial dos imóveis alugados, sua presença, independente do número de cômodos, é significativamente menor no anel periférico, sendo nítida sua concentração no anel central da cidade (39,07% do total de domicílios em 2000). Entretanto, seu número diminuiu no período 1991-2000, passando de 28,29% para 20,91 % do total do estoque habitacional do município, acentuando uma tendência decrescente já presente a partir de 1980.

b) **Tipo de domicílio e condição de propriedade**

Tabela 16 – Condição de propriedade dos domicílios segundo os anéis, em percentagem. Município de São Paulo: 1980, 1991 e 2000

	Próprio			Alugado			Outro		
ANEL	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Central	37,37	44,22	54,77	56,59	51,41	39,07	6,04	4,37	6,16
Interior	47,60	57,14	69,58	46,31	35,94	22,47	6,10	6,92	7,96
Intermediário	52,21	62,64	66,14	40,27	30,41	28,22	7,52	22,41	5,64
Exterior	51,89	62,68	69,75	39,18	28,96	24,28	8,93	8,36	5,96
Periférico	54,71	69,84	73,20	35,12	21,70	15,90	10,17	8,46	10,90
Total	51,43	63,87	70,35	40,00	28,29	20,91	8,57	10,31	8,74

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Um dos aspectos perversos do inquilinato é o aluguel de cômodos em cortiços, habitações precárias sem condições sanitárias e congestionadas. Pelos dados dos Censos Demográficos, é difícil perceber a superlotação de forma precisa, nem tampouco a multiplicidade de funções no mesmo quarto. Mas estimativas grosseiras de cortiço podem ser feitas através das variáveis aluguel e cômodo único (como o Censo considera cômodo inclusive cozinha e banheiro, e é pouco provável alguém morar no banheiro, pode-se supor

que domicílio alugado com cômodo único utilize banheiro comum, característica própria do cortiço stritu-sensu).

Em 1970, 5,60% dos domicílios alugados possuíam apenas 1 cômodo; esta percentagem sobe para 8,48% em 1980 e reduz-se para 3,81% em 1991. No ano 2000, esta redução é ainda mais forte, sendo que a percentagem de domicílios alugados com um único cômodo foi de 1,29% do total de casas alugadas. Mas nota-se sua presença mais significativa nos anéis central e interior, onde atinge mais de 3% das unidades alugadas.

Quanto aos domicílios localizados em favelas, foi observado um aumento em seu percentual, já que em 2000 8,72% da população da capital residia nesses aglomerados subnormais, contra 7,46% em 1991 e 3,95% em 1980. Esse incremento também foi verificado em outros municípios da Grande São Paulo em proporções bastante semelhantes.

Considerando o município de São Paulo a taxa de crescimento da população favelada foi de 5,12% ao ano entre 1980 e 2000, enquanto a população municipal cresceu a uma taxa inferior a 1%. Esse crescimento ocorreu principalmente nos anéis intermediário e periférico, embora como afirma PASTERNAK (2003), também houve um aumento do numero de favelas no anel interior, fruto da ocupação de terrenos vagos “ao lado de estradas de ferro e viadutos, no centro da cidade”, chegando a representar 7,19% da população residente naquele anel. Ainda assim, considerando as demais áreas da cidade, são maiores os contingentes de moradores de favelas nos anéis exterior (8,03% da população do anel) e periférico (11,52% da população do anel).

b)Densidade Habitacional

Para estudo da densidade habitacional, os indicadores mais utilizados tem sido o número de cômodos no domicílio, o número de pessoas por cômodo, o número de cômodos usados como dormitório e o número de pessoas por dormitório. No caso do município de São Paulo, tem sido observada uma tendência à diminuição da densidade domiciliar, passando-se de 4,7 pessoas por domicilio, em 1940, para 3,9 em 1991 e 3,5 pessoas por domicílio em 2000. A tabela que segue aponta para essa diminuição em quase todos os anéis, com exceção do anel exterior, onde houve um tênue aumento da densidade no período 1991-2000. Se considerarmos os últimos 20 anos, a tendência de diminuição na densidade domiciliar é nítida e muito acentuada em todo o município.

Tabela 17 – Numero médio de pessoas por domicílio, segundo os anéis
Município de São Paulo, 1980, 1991,2000

ANEL	1980	1991	2000
Central	3,21	3,01	2,59
Interior	3,73	3,36	2,90
Intermediário	3,98	3,64	3,18
Exterior	4,18	3,49	3,53
Periférico	4,46	4,33	3,75
Total	4,12	3,95	3,50

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Em termos gerais a taxa de crescimento dos domicílios foi, no município de São Paulo, quase o dobro da taxa de crescimento populacional entre 1980 e 2000. Além disso, a média de moradores por domicílio diminuiu nesse mesmo período, passando de 4,12 em 1980 para 3,50 pessoas por domicílio. Essas médias também foram diferentes para cada um dos anéis, localizando os domicílios mais congestionados nas áreas periféricas, onde a média de pessoas residentes por unidade habitacional é de 3,75. É importante apontar, no entanto, que o numero médio de moradores por domicílio decresceu em todos os anéis, ao longo dos últimos vinte anos.

Ainda no que se refere à densidade habitacional, tem sido classicamente considerado que um domicílio com espaço indispensável deve possuir, no mínimo, quatro cômodos (sala, quarto, cozinha e banheiro), o que é indicativo da situação insatisfatória de grande parte do estoque habitacional do município de São Paulo, em termos do congestionamento. Por este critério, 21,79% das moradias na cidade seriam consideradas congestionadas. O percentual de casas com menos de 4 cômodos é maior no anel periférico, onde quase 22% das unidades residenciais seriam congestionadas.

Considerando-se o numero de pessoas por dormitório, é ainda elevada em grande parte da cidade, com destaque para os anéis exterior e, sobretudo periférico. Esta forma de mensurar o congestionamento, mais apurada que a anterior, considera congestionado o domicílio com mais de 2 pessoas por dormitório. Para o município como um todo, o percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório alcançou 30,48% do total, com uma melhoria em relação à 1991, que apresentava percentual de 36,78%. O congestionamento é maior no anel periférico, onde cerca de 40% dos domicílios apresentam um numero superior a duas pessoas por dormitório.

Tabela 17 – Percentual de domicílios congestionados, por anel.
Município de São Paul,1991-2000

	Pessoas por cômodo > 1,5		Pessoas por dormitório > 2,0	
Anel	1991	2000	1991	2000
Central	5,73	3,55	19,82	15,08
Interior	4,21	2,04	14,18	9,5
Intermediário	4,84	3,68	25,08	17,41
Exterior	9,24	8,15	39,94	29,35
Periférico	13,25	13,02	51,84	40,08
Total	9,76	9,07	36,68	30,48

Fonte: IBGE- Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

c) infra-estrutura e serviços públicos

A distribuição e as condições de acesso aos serviços públicos e de saneamento básico para o município de São Paulo são as melhores se considerarmos o conjunto dos municípios da região metropolitana. Ainda sim, ainda havia em 2000 cerca de 1% de domicílios sem instalações sanitárias na propriedade (casa ou terreno, cerca de 1,5% do total de habitações).

Uma das variáveis que mais diferencia o padrão das unidades residenciais refere-se ao número de banheiros por domicílio. Entende-se por banheiro o compartimento com sanitário e pia e ducha. Para o município como um todo, a média de banheiros por domicílio foi 1,45. Esta média chega a 2,05 no anel central e desce a 1,24 para as unidades habitacionais no anel periférico sendo menor á medida que se segue em direção da periferia. A moda estatística para o município foi de casas com 1 banheiro (67,67%), e 20,18% das unidades habitacionais tem 2 banheiros. No anel interior, mais de 62% das moradias tem 2 banheiros ou mais.

No que diz respeito ao destino dos dejetos, nota-se uma pequena piora relativa na cobertura dos domicílios do município: em 1991 existiam 91,10% de unidades servidas pela rede pública de esgotos, percentual que cai para 87,84% no ano 2000. Nota-se, pela Tabela 18 que a piora localizou-se em todos os anéis, menos na anel central. Provavelmente ela pode ser atribuída ao incremento de unidades faveladas, nos anéis interior e intermediário, e ao menor investimento em saneamento básico na década de 90. Assim, no anel periférico, onde a cobertura chegava a 84% em 1991, agora reduziu-se a 79% das moradia.

Tabela 18 – Infra-estrutura de recursos públicos oferecidos, por anéis
Município de São Paulo, 1991-2000

	Rede Elétrica		Água: Canal. Interna		Rede Públ. Esgotos		Coleta de Lixo	
Anel	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Central	99,99	99,99	97,18	99,94	99,28	99,94	99,97	99,99
Interior	99,97	99,99	97,43	99,94	99,13	99,94	99,90	99,61
Intermediário	99,97	99,97	98,86	99,94	97,36	99,94	99,39	99,78
Exterior	99,94	99,95	98,43	99,94	93,02	99,94	98,96	99,45
Periférico	99,86	99,84	95,82	99,94	83,79	99,94	96,81	98,63
Total	99,82	99,82	97,39	99,94	91,1	99,94	98,37	99,19

Fonte IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000

8. Bens de Consumo Individual

Quanto ao padrão de consumo da população municipal, registrou-se uma grande melhoria, sobretudo no que diz respeito à posse de eletrodomésticos e à telefonia fixa. Assim, se considerarmos a posse de refrigeradores, apenas 2,56% dos domicílios, em 2000, não apresentavam esse bem, contra 6,44% domicílios sem refrigeradores em 1991. Esse percentual é de 2,61%, em 2000, no que se refere à posse de televisores. Neste caso, não é possível a comparação com a situação em 1991, porque o levantamento censitário de 2000 não distinguiu os aparelhos coloridos dos branco e preto, procedimento adotado em 1991.

Mas a grande transformação ocorrida no período estudado refere-se ao acesso à telefonia fixa. Assim, se em 1991 apenas 35,14% dos domicílios possuíam telefones fixos, em 2000 esse percentual elevou-se para 67,22%, com aumentos expressivos em praticamente todas as áreas da cidade.(vide tabela 19)

Esse grande aumento de cobertura da telefonia fixa veio suprir uma necessidade básica que estava sendo atendida, em certa medida, pela telefonia celular, em verdade muito dispendiosa para a população de baixa renda. Assim, o recurso ao uso dos celulares pré-pagos parece ter sido substituído, com vantagens em termos de preço, em áreas antes desprovidas desse serviço, muitas das quais ainda com cobertura bem inferior à de outras regiões da cidade. É o caso do anel periférico onde apenas 51,85% dos domicílios possuem telefones.

Com relação aos automóveis, diminuiu o percentual dos domicílios que não possuem esse bem, em todos os anéis, indicando o aumento das facilidades de financiamento e de acesso a esse meio individual de transporte (tabela 19).

Tabela 19 – Bens de consumo duráveis por domicílio, em percentagem.

Município de São Paulo,1991, 2000

	Sem Geladeira		Sem carro		Sem TV		Com Telefonia Fixa	
ANÉIS	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Central	4,72	2,16	57,45	51,23	38,19	1,45	61,81	88,13
Interior	3,62	1,12	37,65	30,24	27,1	0,75	72,90	72,76
Intermediário	3,31	1,32	41,94	34,70	43,07	1,08	56,93	91,99
Exterior	5,62	1,89	56,45	47,69	66,81	2,05	33,19	85,16
Periférico	9,95	3,68	70,54	61,40	85,14	3,89	14,86	51,85
Total	6,44	2,56	57,77	50,88	64,86	2,61	35,14	67,22

Fonte: IBGE- Censos Demográficos de 1991 e 2000

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates acerca da desigualdade e da segregação sócio-espacial nas grandes metrópoles poucas vezes explicitam com clareza os efeitos que a reestruturação produtiva têm provocado sobre as cidades e os seus habitantes. A existência de novos padrões de segregação urbana nem sempre é apontada como a expressão das profundas desigualdades que se instalaram nas grandes cidades, demarcando os espaços da pobreza em oposição àqueles destinados às moradias de luxo e ao consumo sofisticado das camadas sociais de alta renda.

No entanto, a noção de segregação associa-se, cada vez mais, ao surgimento de novas espacialidades, tornando-se necessária a distinção entre os conceitos (e os processos) de segregação e de diferenciação social do espaço. Castells (1992) contribuiu para essa discussão buscando qualificar e distinguir os dois processos. Segundo esse autor, a novidade presente no espaço das grandes cidades capitalistas são as diferentes formas de institucionalização das desigualdades espaciais, geradas, em grande parte, pelo mercado imobiliário e de terras A criação de municípios suburbanos de classe média em New York é considerada um exemplo dessa segregação.

Da mesma forma, a criação de condomínios fechados e a privatização de espaços públicos, hoje tão em voga nas grandes cidades brasileiras, também são a expressão dessas novas espacialidades. A diferenciação social e espacial daí decorrente tem sido responsável pelo aumento das distâncias sociais na própria vivência da cidade e pela proliferação de espaços exclusivos, tanto das camadas de alta renda (caso dos shopping centres, clubes e áreas de lazer restritas aos condomínios de luxo), como, mais recentemente, das camadas de renda média.

Essas camadas médias “empurradas” para áreas distantes do centro ou já na periferia - onde o menor preço do solo possibilita a aquisição da casa própria - também têm procurado se abrigar em condomínios murados, horizontais ou verticais, uma vez que a proximidade físico/espacial das chamadas “classes perigosas” torna necessário recorrer a modelos de habitação antes restritos às áreas residenciais de luxo. Esses novos espaços da periferia também segregam e excluem, limitando as formas de sociabilidade que seriam, por excelência, atributos de uma cidade.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO SILVA, H.M. e CASTRO, C.M.P. de – A legislação, o mercado e o acesso à habitação em São Paulo. Workshop habitação: como ampliar o mercado? IPT, 25 a 27 de agosto de 1997

BETTIN, G. – **Los Sociologos de la Ciudad**, Barcelona, Gustavo Gili, , 1982

BERQUÓ, E. – Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica In NOVAIS,F. (org) **História da vida privada no Brasil;4** São Paulo, Cia das Letras, 1998, p 411 - 438

BÓGUS, L. e MONTALI, L. – “A Reestruturação Metropolitana de São Paulo”, **Revista Margem**, no. 3 , São Paulo, EDUC, 1994, p.159-178.

BÓGUS, L. e TASCHNER, S.P. – “São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais 1**, Campinas, maio de 1999, p 153 –174

BONVALET, C e MERLIN, P (ed) - **Transformation de la famille et habitat** Paris, Éditions de L’INED, Travaux et Documents Cahier no. 120, Presses Universitaires de Prance, 1988

BURGESS, E W – “ Urban Areas” In SMITH, T V & WHITE ,L (ed) **Chicago : An Experiment in Social Research** Chicago, University Of Chicago Press, 1929, p 113-138

CANO, W. e PACHECO, C. A. – **São Paulo no limiar do século XXI** São Paulo, F. Seade, volume I, 1992

CARDOSO, A . L. e QUEIROZ RIBEIRO, L. C. - **Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ,1996.

CASTELLS, M. - **The Informational Society**, Oxford, Blackell, 1991.

CASTELL,M - “ Conclusion” In MOLLENKOPF,J.N. & CASTELLS,M (ed) **Dual City: restructuring New York.** New York, Russel Sage, 1992

CHOMBART DE LAUWE, P. H. et al – **Famille et habitation** Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1967

COULON, A . - **A escola de Chicago**, Campinas, Papirus, 1995.

EUFRÁSIO, M A – **Estrutura Urbana e Ecologia Humana** São Paulo, Editora 34, 1999

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) – **Cortiços na cidade de São Paulo** São Paulo, FIPE/USP, março de 1994

FISHMAN, R. – "Burgeois Utopias: Visions of Suburbia In FAINSTEIN,S and CAMPBELL,S (ed) **Readings in Urban Theory** Oxford, 1966, p 23 - 60

FRÚGOLI, H. – **O Centro, a avenida Paulista e a avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações**: Dualidade Urbana e Exclusão Social. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH, USP, Sociologia, 1998.

LAGO, L. C. – **Estruturação Urbana e Mobilidade Espacial** : uma análise das desigualdades sócio-espaciais na metrópole do Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento apresentada à FAU/USP, São Paulo, 1998.

MAUTNER, Y – " A periferia como fronteira de expansão do capital" In DEAK, C& SCHIFFER.S **O processo de urbanização no Brasil** São Paulo, Edusp/Fupam, 1999, pp 245-259

MARCUSE, P. – "The enclave, the citadel and the guetto. What has changed in the post-fordist U.S.City" - **Urban Affairs Rewiew**, Sage Pbl. Inc., vol. 33, n. 2, Nov. 97, p. 228-264.

MITCHELL, R. E. – Some social implications of the high density housing **American Sociologiacl Review 36** : 18-29, fevereiro 1971

PASTERNAK TASCHNER, S & BOGUS, L **A cidade dos anéis.** Cadernos LAP 28, 1998T

PATARRA, N et al – **Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana .São Paulo: 1980-1993** São Paulo, UNICAMP/FAPESP, 1997

PRETECEILLE, E - "Cidades globais e Segmentação Social" in QUEIROZ RIBEIRO, L.C. e O . Santos Junior. **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1994, p.65-92.

SANT'ANNA, M.J.G. – **Cidade, Habitação e Família Contemporânea :**Os flats cariocas como uma nova foram de morar. Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP,1998

SÃO PAULO,MUNICÍPIO. Empresa Municipal de Urbanização. Departamento de Estudos Urbanos - **Análise Demográfica do Município de São Paulo** São Paulo, EMURB, julho de 1977 (mimeo)

SASSEN, S. – “The Global City” In FAINSTEIN,S and CAMPBELL, S (ed) **Readings in Urban Theory**, Oxford, Blackwell, 1997, p. 61-71

TASCHNER,S. P. “ Habitação e demografia intra - urbana em São Paulo” **Revista Brasileira de População7 (1),** Campinas, janeiro/junho de 1990, p 3 – 34

TASCHNER, S. P. “ São Paulo: moradia da pobreza e o redesenho da cidade In FADDA.G (compiladora) **La urbe latinoamericana: balance y parespectivas a las puertas del tercer milenio** Caracas, Fondo Editorial Acta Cientifica Y Humanística, 1993, p 177-208

TASCHNER, S. P. “Compreendendo a cidade informal” In Anais do Seminário Internacional **Compreendendo a cidade informal** Belo Horizonte, 11 a 15 de setembro de 1995, p 57 –76

TASCHNER, S.P. - “Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de Pesquisas e Políticas **Cadernos de Pesquisa do LAP 18,** FAU-USP, março - abril de1997

VAN KEMPEN, R. e MARCUSE, P. – “A new spatial order in cities?” **American Behavioral Scientist,** Nov/Dez, 1997, p. 285-298.

VAN VLIET, W. (org) - **International handbook of housing policies and practices** Westport, Greenwood Press, 1990

VERAS, M. P. B. - “ Novas olhares sobre São Paulo – notas introdutórias: espaços e sujeitos da cidade mundial” **Revista Margem** São Paulo, PUC-SP/ FAPESP, volume 6, dezembro de 1997, p 65-82

WACQUANT,L. – “ Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa” **Revista Novos Estudos** São Paulo, CEBRAP, no. 43, novembro de 1995, p 64-83

WILSON, W J **- The Truly Disadvantaged** Malden, Blackwell, 1987